



Hospitalidade

Ano 78 | n.º 303 | Janeiro - Março 2014 | Trimestral | 5,50 €

A Revista da Província Portuguesa da Ordem Hospitaleira de S. João de Deus

ENTREVISTA
Anabela Carneiro

SAÚDE&CIÊNCIA
Da desesperança
à esperança

SAÚDE&SOCIEDADE
Dignidade na morte



SEMEAR A ESPERANÇA

acolher o futuro

NÃO HÁ 'FUTURO' SEM 'ESPERANÇA'

M. PATRÃO NEVES

Propuseram-me que refletisse sobre o tema da capa, "Semear a Esperança – (para) Colher o Futuro", um cruzamento de conceitos abrangentes, com uma rica tradição histórica e de conotações de profundo sentido espiritual, que constrói uma metáfora, a qual, como tal, invoca mais do que transmite, inspira mais do que profere.

Assim sendo, não valerá a pena sublinhar a riqueza originária e a força geracional da 'semente', princípio de uma dinâmica de desenvolvimento e transformação, preenhe de possibilidades de multiplicação, que se vão paulatinamente realizando (ou não) no decurso do tempo; não valerá a pena sublinhar o regozijo gratificante da 'colheita', na contemplação e fruição do que se antecipou, preparou e esperou para alcançar e possuir; não valerá a pena sublinhar a intencionalidade (humana), cunhada indelevelmente no tempo (físico) pela 'esperança' que subjaz a qualquer sementeira e a que é sempre também inerente a espera pela colheita... Apenas se justificará, talvez, evidenciar que o 'amanhã', como mero testemunho do irreprimível correr do tempo, nem sempre coincide com o 'futuro', como realidade projetada e desejada num passado para um futuro que se pode fazer presente. Eis o sentido da 'esperança': esperar a realização do que ainda não é, mas que se quer que seja e que pode ser. E só a esperança torna o futuro possível porque só a esperança é capaz de converter o 'amanhã' num 'futuro'.

Eis também porque não podemos viver sem esperança, sob o risco de passivamente deixarmos passar o tempo por nós em vez de ativamente construirmos sobre ele. Porque a esperança não se esgota na passividade da espera, mas envolve também a ação que faz acontecer; para além de um sentimento, é também uma atitude. E que futuro estamos hoje a construir? Qual é a nossa esperança?

Não podemos restringir a nossa interrogação, no atual contexto, a perspetivas sectárias, como sejam a económica ou a social, a política ou a científica, a ambiental ou outra que exija uma análise técnica e uma programação especializada. Será preferível considerar o mais englobante domínio do humano, aquele que o define, quer como a pessoa que é, quer como a que quer ser. Refiro-me à moral como conjunto de princípios de ação que permite ao ser humano singularizar-se através da realização do seu projeto pessoal e que permite à sociedade identificar-se através da realização do seu projeto comunitário. Assim, por exemplo, quem mente é uma pessoa diferente da que diz a verdade; uma comunidade que rejeita a pena de morte é diferente daquela que a admite. É através da moral, de uma ação que transforma o modo de ser do agente, de princípios que orientam a estrutura e a organização da vida social que, respetivamente, o ser humano se torna pessoa, sempre singular, e a sociedade se converte numa comunidade, constituída pela vivência de valores partilhados. A moral traça a evolução de uma realidade humana natural – o ser humano e as sociedades em que ele, como ser gregário, vive – para uma realidade construída pelo homem – a pessoa, moldada pela coerência de um modo de agir, e as comunidades, constituídas a partir dos ideais humanos. Qual é a nossa esperança no homem, na sociedade?

Neste domínio em que optei por me situar, a esperança é descoberta e alimentada pelo inegável progresso moral das sociedades humanas ao longo da história, o qual se tem evidenciado sobretudo a partir de grandes crises da humanidade, como foi a II Guerra Mundial ou, numa escala mais circunscrita e também recente, os vários dramas de genocídio no séc. XX ou guerras civis no séc. XXI. »

Na contemporaneidade, estas e tantas outras tragédias humanas que resultam de verdadeiros crimes contra a humanidade não suscitam já apenas, e inevitavelmente, descrença, desalento, desesperança, mas têm também constituído, e cada vez mais, oportunidades para uma reação crítica internacional veemente, que se tem feito sentir a vários níveis – político, económico, militar, cada uma merecendo uma reflexão individualizada a prosseguir num outro contexto que não o presente – e também a nível moral, sobretudo através do aprofundamento do significado dos Direitos Humanos e do alargamento da sua implementação, do estabelecimento de redes de assistência humanitária cada vez mais estruturadas, consistentes e eficazes, de ações e movimentos de voluntariado desencadeados por pessoas singulares e que se tornam cada vez mais amplos, como acontece com as ONGs, etc. Principalmente nas últimas largas décadas, e também em virtude da revolução digital ter convertido o nosso mundo numa designada “aldeia global”, as reações individuais e coletivas no cuidado dos mais afetados, como na proteção dos mais vulneráveis, têm-se multiplicado e generalizado mesmo numa concretização ímpar do princípio da solidariedade (versão secular da caridade cristã) e na expressão de um genuíno altruísmo que constituem a essência da própria moralidade.

E é nesta comunidade humana, cujas mais recentes respostas às crises humanitárias têm vindo a renovar a esperança, que também – num movimento que receio pendular – vêm proliferando sinais de desesperança, sobretudo manifesta no plano individual, em que, ao abrigo da hegemonia da liberdade, tudo é permitido sem que algo pareça dever ser interditado, tudo vale o mesmo sem que algo pareça dever valer mais e, por isso, sem que nada valha afinal, ficando todo o valor e toda a decisão entregues à arbitrariedade subjetiva. Neste contexto de dissolução dos interditos e também dos valores, de erosão das fronteiras entre o bem e o mal, instala-se um vazio profundo (niilismo) que vai sendo preenchido por uma ética da autenticidade, a qual não obriga a nada porque apenas preconiza ser-se como se é, sem um dever-ser, sem um sentido de perfectibilização que vá para além do que é. A dimensão transcendente da pessoa atrofia-se numa imanência asfíxiante, numa vida que se esgota no aqui e no agora, sem horizonte, sem futuro. Perde-se assim, inexoravelmente, o sentido da vida humana e o seu valor

incondicionado que, como tal, extravasa circunstâncias, a par do que vai grassando inevitavelmente uma cultura de morte.

Esta cultura de morte é a narrativa da pessoa sem esperança, sem um horizonte transcendente e sem futuro, encerrada na sua imanência e centrada em si, que se vai manifestando de diversas formas.

Refiro-me, por exemplo, à banalização do aborto que, de proibido a despenalizado em determinadas situações extremas, se liberalizou depois aquando da sua permissão por razões socioeconómicas, isto é, da sua prática sem restrições, assumindo-se então, paradoxalmente, como método anticoncetivo. A vulnerabilidade de um de nós em gestação é atropelada pela força de interesses imediatos e efémeros e a esperança que a nova vida representa é suprimida.

Refiro-me ainda à propaganda em prol da eutanásia, a qual, depois de ser deliberada e equivocadamente confundida com a suspensão de tratamento quando este se torna fútil numa determinada situação particular, se vai apresentando cada vez mais, a par do suicídio assistido, como um traço de modernidade e de progresso civilizacional que não se pode rejeitar, sob risco de ser reputado de pessoa pouco informada e intelectualmente limitada. Cede-se à fragilidade que caracteriza o humano no claudicar de toda a esperança.

Na contemporaneidade e como herança para as gerações futuras, é preciso prosseguir a evolução moral das comunidades aferida pelo espírito de solidariedade para com os mais carenciados, numa renovação constante da nossa esperança na humanidade; mas é preciso também no plano pessoal aceitar o desafio de ser mais, de recuperar a dimensão de transcendência da vida humana, isto é, de aceitar o desafio do seu permanente e infinito horizonte de possibilidades, para permitir que a esperança renasça também na pessoa de cada um de nós e anime a nossa vida íntima como a de relação. [1]

AUTOR

Professora Catedrática de Filosofia, disciplina de Ética, da Universidade dos Açores, com formação específica na área da Bioética pelo Kennedy Institute of Ethics (Washington, DC). É atualmente Deputada ao Parlamento Europeu.